

A. I. Nº - 232324.1111/12-8
AUTUADO - DANÁUTICA COMÉRCIO E SERVIÇOS NÁUTICOS LTDA
AUTUANTE - WASHINGTON LUIZ PEREIRA DOS SANTOS
ORIGEM - IFMT NORTE
INTERNET - 26/04/2013

3ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACORDÃO JJF Nº 0099-03/13

EMENTA: ICMS. INSCRIÇÃO CADASTRAL. MERCADORIAS EM TRÂNSITO DESTINADAS A CONTRIBUINTE COM INSCRIÇÃO CANCELADA. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. A ação fiscal de trânsito se caracteriza por sua instantaneidade, não havendo tempo para maiores reflexões acerca da situação fática que se coloca naquele instante. É fato comprovado que o contribuinte teve a inscrição cancelada. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração, lavrado em 27/11/2012, lança ICMS no valor de R\$7.742,33, tendo em vista a constatação da seguinte infração: *“mercadorias destinadas a estabelecimento de contribuinte com a inscrição suspensa, cancelada, em processo de baixa, baixada ou anulada”* a descrição dos fatos tem o seguinte conteúdo: *“Em data, hora e local acima discriminados, no exercício de minhas funções fiscalizadoras, encontramos as seguintes irregularidades: aquisição de mercadorias, concernente ao DANFE nº 12.920 de 06/11/2012, por contribuinte na situação cancelado, conforme cópia anexa”*.

O autuado, na impugnação apresentada (fls. 26 a 45) aduz inicialmente que Auto de Infração *“não merece prosperar, eis que eivado de inúmeros vícios e irregularidades, que desde logo o tornam insubsistente além de não comportar, no mérito, uma análise mais profunda.”* Acrescenta que os *“dados, fatos e provas são totalmente inverídicos, fruto unicamente da capacidade criativa do Sr. Agente Fiscal responsável pela visita técnica ao estabelecimento da requerente, o qual ao seu bel prazer cancelou a inscrição estadual por motivo de não “encontrar o estabelecimento”..*

Anota que ocorreu *“um erro no procedimento de vistoria técnica, o qual é realizado por um fiscal da Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia, tendo este alegado não encontrar o estabelecimento da requerente e consequentemente procedido o cancelamento da suscitada inscrição”*. Diz ter efetuado *“regularmente o seu cadastro, com o registro do Instrumento Contratual na JUCEB desde 04/05/2012 e com o respectivo cadastro no CNPJ na Secretaria da Receita Federal e perante a Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia, tendo efetuado várias compras de produtos posteriormente, conforme amplamente comprovado pelos documentos anexos”*. E acrescenta *“Diante da comprovação de que, na época da autuação, o cancelamento da inscrição estadual da empresa destinatária foi indevido e de que as notas fiscais objeto da autuação foram devidamente registradas pela referida empresa, cujos valores dos impostos correspondentes iriam ser declarados em tempo hábil ao Fisco, resta descaracterizada a hipótese de irregularidade dos documentos fiscais em questão, para efeito de considerá-los inidôneos e, levando-se em conta que os impostos correspondentes foram declarados e deduzidos do cálculo do ICMS Normal a ser recolhido aos cofres estaduais, no período analisado, fica afastada a exigência do crédito tributário decorrente da autuação, sob pena de se incorrer na figura do bis in idem.”*

“Mas parece que estes elementos indispensáveis para que o fisco possa exigir a obrigação tributária foram olvidados, passando-se a criar uma nova forma de tributação, sem qualquer personificação ou registro, tentando assim constituir o seu crédito tributário sem qualquer respaldo legal. As obrigações acessórias que demonstram a regular situação da autuada perante o Fisco, todas entregues junto à Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia, foram totalmente desprezadas pelo autuante”.

“Sendo assim, por óbvio, não pode absolutamente prosperar o auto em guerra, pois contraria as mais mezinhas lições de nosso direito positivo como diz o Art. 27 do RICMS BA: Art. 27. Dar-se-á a inaptidão da inscrição, por iniciativa da repartição fazendária: I - quando ficar comprovado, através de diligência fiscal, que o contribuinte não exerce atividade no endereço indicado. “

Diz não ter havido *“qualquer fiscalização, como também a requerente exerce há vários meses a atividade de comercialização de embarcações no local em questão, conforme devidamente comprovado pelos documentos anexos. E mais, o nosso estatuto processual civil, que regula também o processo tributário, por sua vez também ordena: "Art. 333. O ônus da prova incumbe: I - ao autor, quanto ao fato constitutivo do seu direito". Sendo assim, não pode vênica concessa prosperar a presente imposição, não só pelas razões aduzidas, mas sobretudo porque, a proliferarem atitudes insensatas como esta, não só trariam a incerteza nas relações jurídicas, como fariam voltar à tona a tão odiosa figura do fiscalismo, de há muito, segundo nossa melhor doutrina, afastado de nosso Direito Tributário. Transcreve acórdãos de uma Corte Administrativa sem entretanto identifica-la. “*

Requer o “cancelamento e conseguinte arquivamento do AIIM em tela”.

O autuante, na informação fiscal (fl.50), ratifica que o contribuinte em 27/11/2012 encontrava-se com a inscrição estadual cancelada no Cadastro da SEFAZ/BA de acordo com informação anexada – fl 10 – . Anota que após a ação fiscal, a autuada em 13/12/2012 (fl. 37) obteve a regularização da inscrição estadual.

Conclui sua informação observando que *“no ato da ação fiscal, ao exame da documentação, prova material da infração epígrafada no RICMS/Ba. Decreto lei nº 13.780/12, em consonância com a Lei 7.014/96. O autuado infringiu a legislação do ICMS, motivo da autuação, ou seja, aquisição de mercadorias com a inscrição estadual cancelada no cadastro da SEFAZ/Ba”*

VOTO

Como acima relatado quando da ação fiscal o contribuinte encontrava-se em situação irregular, com inscrição cancelada por não ter sido encontrado o endereço que declarou quando do seu pedido de inscrição.

Diversamente do que alega o autuado o lançamento não está eivado de vícios e irregularidades, que o tornam insubsistente. Os dados, fatos e provas relacionados ao auto de infração são totalmente verídicos. As questões relacionadas à sua inscrição estadual a exemplo de possíveis erros no procedimento de vistoria técnica, não constituem objeto do presente processo. A regularidade do seu cadastro na JUCEB e mesmo na Receita Federal não são suficientes para demonstrar a sua existência física.

Ratificamos que o **cancelamento** da inscrição estadual da autuada restou devidamente comprovado e conseqüentemente os documentos fiscais a ela destinados foram considerados inidôneos. Inaplicável a espécie em discussão o Art. 333 do Código de Processo Civil.

Entendemos que o autuado deveria ter regularizado sua inscrição estadual para em seguida realizar suas operações.

Concluo portanto que o auto de infração foi lavrado com o cumprimento de todas as formalidades legais, com termo de apreensão e ocorrências, descrição dos fatos, demonstrativo de cálculo, identificação do sujeito passivo, não havendo, portanto, vício formal que macule o procedimento. Está evidenciado que o autuante agiu dentro dos limites da sua atividade vinculada, ao constatar que a situação cadastral da empresa não permitia o recebimento das mercadorias no momento do procedimento.

Voto no sentido da procedência deste Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 3ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração Nº **232324.1111/12-8**, lavrado contra **DANÁUTICA COMÉRCIO E SERVIÇOS NÁUTICOS LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$7.742,33**, acrescido da multa de 60%, prevista no artigo 42, II, “e” da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 17 de abril de 2013.

ARIVALDO DE SOUSA PEREIRA - PRESIDENTE

HELCONIO DE SOUZA ALMEIDA - RELATOR

JOSÉ FRANKLIN FONTES REIS - RELATOR